



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638414 - SP (2021/0000696-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : VANESSA DE ALMEIDA
ADVOGADO : VANESSA DE ALMEIDA - SP311673
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO MENDES NEGRINI
CORRÉU : KAIQUE PASSOS SANTOS DOMINGOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO MENDES NEGRINI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (APELAÇÃO CRIMINAL .º 1500093-28.2018.8.26.0560).

O paciente foi condenado à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado como incursos nos arts. 33, caput, e 35, ambos c.c. art. 40, inciso III, todos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

Alega a impetrante que os elementos coligidos na persecução penal apontam para ocorrência de tráfico privilegiado, ante a pequena quantidade de entorpecente apreendido (21 vinte e um invólucros de cocaína, na forma de crack, com peso líquido total de 3,3g), e por se tratar, no caso, de réu primário, menor de 21 anos à época dos fatos. Sustenta ainda que para a configuração do delito de associação para fins de tráfico não bastaria o concurso de agentes, sendo imprescindível a comprovação de vínculo associativo duradouro, o que não foi comprovado.

Requer a concessão da ordem para a readequação da pena e do regime de cumprimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente